



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº. 10/2006

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de 2006, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vidigueira, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Período de antes da ordem do dia.

Ordem do Dia:

Ponto 1 - Actividade Municipal.

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de subscrição do aumento de capital da EDAB, S.A – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja.

PRESENCAS

Estiveram presentes dezoito, dos dezanove membros que compõem a Assembleia, conforme lista de presenças anexa a esta acta e que dela faz parte integrante.

Estiveram igualmente presentes todos os membros do executivo e ainda o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.

FALTAS

Faltou justificadamente o membro Paulo Fernando Vaz Marques Coelho.

CONSTITUIÇÃO DA MESA

Estiveram presentes todos os membros da Mesa:

Presidente: José Mâncio Rosa Soeiro.

Secretários: António Manuel Bacalhau Galvão e Mariana Júlia Veredas Teles.

ABERTURA DA SESSÃO.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, pelas vinte e uma horas e dez minutos.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Informou que o Senhor Deputado João Carlos Goes, não estava presente, contudo, durante os trinta minutos previstos nos termos do Regimento, poderia o Senhor Deputado fazer parte daquela Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração a ordem de trabalhos, que foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, declarou aberto o período de antes da ordem do dia.

Informou que, o projecto de acta nº.8 se tinha transformado em acta, tendo em conta as alterações que os Senhores Deputados Municipais, tinham feito em altura própria.

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 2006.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, colocou à consideração dos Senhores Deputados Municipais, a acta nº.9, da sessão de trinta de Dezembro de dois mil e cinco.

Não havendo nada a apontar, a mesma foi aprovada por unanimidade.

EXPEDIENTE

Relativamente ao expediente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se havia alguma consideração a fazer sobre a correspondência enviada à Assembleia, colocando-a à disposição dos Senhores Deputados.

(Entretanto, e dentro do prazo normal dos trinta minutos, entrou o Senhor Deputado Municipal João Carlos Goes).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou os Senhores Deputados que estão em falta, para que entregassem as fichas individuais, bem como as fotografias. Informou que os cartões de membro da Assembleia, não foram ainda distribuídos, dado que se aguarda pela publicação da respectiva portaria.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberto o período de antes da ordem do dia, pelas vinte e uma horas e dezasseis minutos.

Pedi para intervir a Senhora Deputada Municipal Maria Manuel Gantes, que passou a ler a seguinte Saudação:

Saudação:

Do dia 8 de Março de 1857 centenas de operárias de uma fábrica têxtil de Nova York entraram em greve e iniciam uma marcha exigindo melhores salários e redução do horário de trabalho. Durante a greve, houve um incêndio criminoso na fábrica e morreram 130 operárias; Em 1908, organiza-se uma nova marcha em Nova York, desta vez reunindo mais de 14.000 mulheres exigindo melhores salários, redução dos horários de trabalho e o direito ao voto. Em 1913, durante uma conferência mundial das organizações socialistas, em Copenhaga, é proposta que o 8 de Março seja considerado o Dia Internacional da Mulher, em homenagem a estas precursoras dos movimentos de emancipação da mulher. É a partir de 1975 no Ano Internacional da Mulher, que esta data será confirmada pelas Nações Unidas como o Dia Internacional da Mulher.

O Dia Internacional da Mulher simboliza justamente a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. E não se pode dizer que seja uma luta ultrapassada, apesar dos muitos avanços verificados durante o século XX, subsiste uma distância entre a situação ideal e a situação real da mulher.

Sabemos que uma grande corrente de opinião pretende que a comemoração do dia da mulher é uma forma de a discriminar, discordamos! A discriminação existe na realidade social, por isso comemorar o Dia Internacional da Mulher tem de ser uma forma de alertar para as injustiças de que as mulheres ainda são o alvo, e procurar formas de combate a estas mesmas injustiças.

Senão vejamos:



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- As mulheres constituem a maioria da população situada no limiar da sobrevivência;
- Os salários das mulheres continuam a ser em média bastante mais baixos do que aqueles que são pagos aos homens por idêntico trabalho;
- Em momentos de crise económica – como o que vivemos neste momento em Portugal – são as mulheres as primeiras a serem despedidas;
- Em Portugal, e segundo estudo da APAV, uma em cada três mulheres é vítima de violência doméstica;
- Também em Portugal, ainda aguardamos uma resolução para a questão do aborto, tendo em conta que apesar de não ter havido no último ano nenhum processo em tribunal (ou divulgado pelos media) referente à prática do aborto, as mulheres que o praticam continuam a estar sujeitas a perseguição judicial e a condenação criminal.
- Por fim, e porque nos parece ser um fenómeno que ganha dinâmicas cada vez maiores alertamos para a situação do tráfico de mulheres ... um negócio em expansão e que reduz as mulheres à situação de escravas. Segundo a ONU anualmente são compradas 4 milhões de mulheres em todo o mundo, deslocadas dos seus países, tornadas clandestinas nos países para aonde vão, estas mulheres são exploradas, e consideradas meras mercadorias. Estima-se que a prostituição represente um volume de negócios da ordem dos 7,6 milhões/anuais e segundo Gerard Stoudman, da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa, é um negócio muito menos perigosos que o tráfico de droga, porque não existe nenhum quadro jurídico internacional para combatê-lo.

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Vidigueira, reunida a 24 de Fevereiro de 2006:

- Saúda e solidariza-se com todas as mulheres vítimas de discriminação que têm longas e difíceis lutas a travar pelo reconhecimento dos seus direitos.
- Saúda todas as organizações, Sindicatos, Associações e Ong's que nas suas actividades contribuem para a denúncia e resolução das situações de discriminação e injustiças que mulheres em todo o mundo são vítimas;



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Por fim, saúda todas as mulheres do concelho da Vidigueira, e convida-as participar nas iniciativas que a este propósito se realizam no concelho, e que terminam com o passeio de barco no Guadiana no dia 12 de Março.

Vidigueira, 24 de Fevereiro de 2006

O grupo de trabalho da CDU

Depois de lida a saudação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Roberto que, quis saber que iniciativas estavam previstas no âmbito das comemorações do Dia da Mulher.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio dizendo que, era necessário haver alguma regras na coordenação dos trabalhos, daí que aquela questão deveria ser colocada à Câmara Municipal no período destinada à actividade municipal.

Retomou novamente a palavra o Senhor Deputado Municipal João Roberto, dizendo que era apologista da disciplina, mas que do ponto de vista político queria saber quais eram as iniciativas que a CDU - porque era quem apresentava aquela saudação - tinha previsto no âmbito das comemorações, porque só assim se sentiria devidamente capacitado para votar aquela saudação.

A Senhora Deputada Municipal Maria Manuel explicou que, o texto saúda as mulheres e não as iniciativas.

Interveio o Senhor Deputado Municipal João Roberto, afirmando que não fazia sentido estar-se a discutir coisas que não têm o mínimo de consistência, uma vez que o texto referia iniciativas da Câmara Municipal e que fazia um apelo à participação. Considerou ser legítimo, querer conhecer todas as outras actividades. Mais disse que, era de incentivar e de saudar aquelas iniciativas, no entanto, opinou que, para se ser consequente com tudo aquilo, era necessário ter outro tipo de iniciativas, que ele próprio, se fosse caso disso, sugeriria.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o texto traduzia uma saudação ao Dia da Mulher. Contudo gostaria de ver ali discutido outro tipo de questão; se valeria a pena comemorar um dia da mulher ou comemorar os dias todos da mulher, durante os 365 dias. Naturalmente seria uma questão mais profunda, considerou o Senhor Presidente da Assembleia.

Opinando sobre as Comemorações do Dia da Mulher, disse que este dia deveria ser uma marca, para que a mulher conquistasse os 365 dias ao longo do ano, porque continua a ser vítima de discriminação. Independentemente da opinião de cada um, deverá ser saudado e apelou a todos ali presentes, para que reflectissem no futuro se valerá a pena só comemorar um dia da mulher.

Interveio o Senhor Deputado Municipal Pedro Ferreira e sugeriu que se aproveitasse o compasso de espera pelas cópias da saudação, para se conhecer as outras iniciativas. Disse não ver qualquer problema em serem faladas antes da actividade municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal aceitou a sugestão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Ferreira, e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se não se importava de responder ao solicitado.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, das iniciativas que estavam previstas para a Comemoração do Dia da Mulher, a única que estava confirmada era a do passeio de barco e logo que as outras estivessem confirmadas, toda a população seria informada.

O Dia da Mulher não terá um programa de festas, dado que a Câmara Municipal não será uma comissão de festas, afirmou o Senhor Presidente da Câmara.

Pedi para intervir o Senhor Deputado Municipal João Roberto e disse que, não era propriamente para responder ao Senhor Presidente da Câmara, mas que obviamente não esperava que a Câmara fosse uma comissão de festas. Sempre foi o seu lema em Assembleias Municipais, manifestar-se contra as festas e festivais do anterior executivo. Mais disse o Senhor Deputado Municipal que, ficaria extraordinariamente decepcionado se



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o eleitorado tivesse eleito uma comissão de festas, à qual o Senhor Presidente da Câmara presidia, o que certamente não acontece, pois que o eleitorado entendeu mudar de rumo.

Apesar de considerar a saudação muito genérica, votá-la-á favoravelmente com algum lamento, por não haver nada em concreto que possibilite reflectir a sério sobre aqueles temas, ficando com a sensação de que não passam de slogans, concluiu o Senhor Deputado Municipal João Roberto.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração dos Senhores Deputados Municipais, para discussão a Saudação apresentada pela bancada da CDU.

Não havendo intervenções para a discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a saudação à votação, ficando esta aprovada com dezassete votos a favor e uma abstenção da Senhora Deputada Municipal Teresa Ramalho, da bancada do P.S.

Não havendo mais questões a colocar, em relação ao período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o ponto nº.1 da ordem de trabalhos – Actividade Municipal.

ORDEM DO DIA.

PONTO Nº.1 – ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal José António, para colocar algumas questões. Em primeiro lugar, referiu-se à alteração dos dias para a recolha do lixo e perguntou se o motivo que levou o executivo a tomar aquela medida, foi por uma questão de poupança de horas extraordinárias, pelo que daria os seus parabéns.

Seguidamente, abordou as alterações ocorridas com a cobrança da água no concelho, considerando que estas foram muito repentinas e que a população tivera apenas duas opções, para poderem efectuar o pagamento, ou o faziam por transferência bancária, ou directamente nas Juntas de Freguesia, e aqui, era com data marcada. Sugeriu que, se fizesse a cobrança ao domicílio (uma vez que terão de ser feitas as leituras aos contadores) das pessoas mais idosas, tendo em conta que a população do concelho de Vidigueira estava



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bastante envelhecida e que estava habituada àquele conforto. Mais disse o Senhor Deputado Municipal que, a Câmara poderia criar mais um posto de trabalho e seria mais um benefício para a população. Posteriormente, perguntou se o Conselho da Juventude já estava formado e se a Assembleia Municipal receberia alguma informação sobre a sua composição. Disse ter algum interesse em saber, pois que, no anterior executivo, foram criadas algumas comissões que não chegaram a fazer nada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal José António e, seguidamente, deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Roberto, que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara, que fizesse um balanço dos quatro meses de mandato. Mostrou-se disponível para dar o seu contributo positivo, naquilo que lhe parece fazer falta à Vidigueira e que se traduz nas acções políticas que deverão ser coordenadas entre si. Disse ser a altura oportuna em termos de actividade municipal, para o Senhor Presidente da Câmara explicar às pessoas que nele votaram, que não foi o seu caso, que fizeram bem em votar nele e que têm razões para continuarem a confiar no trabalho do executivo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Roberto.

Interveio a Senhora Deputada Municipal Maria Manuel que perguntou quais eram os projectos que o concelho de Vidigueira tinha integrado no Beja Digital.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Luís Amado que, relativamente à reunião que a Câmara teve com a CaboVisão, quis saber como é que estava a situação para a instalação daquele serviço em Vila de Frades. A outra questão prendia-se com as actas das reuniões de Câmara onde constavam os subsídios atribuídos às Associações. Disse discordar com alguns deles e apelou para um critério, mais cuidadoso, por parte da Câmara, na atribuição dos subsídios. Referiu que havia Associações que não desenvolveram nenhuma actividade e que iriam



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

receber três vezes mais que aquelas que fizeram. Que existiam subsídios atribuídos a Associações já extintas e a outras que funcionaram e que nada receberam. Daí que, sugeriu à Câmara para que, futuramente, ponderasse bem e que solicitasse colaboração às Juntas de Freguesia naquela questão.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, atendeu à sugestão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal José António, para que o Senhor Presidente da Câmara começasse a responder às questões que tinham sido ali levantadas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que foram colocadas questões que diziam respeito directamente a pelouros dos Senhores Vereadores Teles e Pestana, dando-lhes, por isso, a palavra.

O Senhor Vereador Teles respondeu que, em relação à questão da recolha do lixo, os gastos em horas extraordinárias foi de dezanove mil quatrocentos e oito euros e quarenta cêntimos no ano de 2005, daí ser necessário tomar algumas medidas. Tendo em conta que a maior parte da população faz a reciclagem, não havia necessidade de colocar o lixo todos os dias à porta, pelo que foi tirado à Vidigueira um dia na recolha do mesmo. Esclareceu que ao Sábado continuará a recolha do lixo para os restaurantes/cafés. O objectivo daquela alteração, tinha a ver, fundamentalmente, na redução das horas extraordinárias. Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador Teles, prestou mais alguns esclarecimentos relativos à extinção do piquete permanente de água. Informou que este serviço fora criado há uns anos atrás, para dar assistência à rede de águas de Vidigueira, Pedrógão do Alentejo e Vila de Frades, que eram velhas e tinham rupturas permanentes, o que presentemente já não acontece, dado que aquelas redes foram substituídas. Esclareceu que, também foi outra forma de reduzir as horas extraordinárias.

Respondendo à questão da cobrança da água, disse que também tinha a ver com a redução das horas extraordinárias e que não estavam a reduzir nenhum posto de trabalho, que se devia ao facto de um dos leitores cobradores se encontrar doente e não estar em condições de andar na rua a cobrar a água e que já ao anterior executivo, este funcionário tinha



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

manifestado essa dificuldade. Informou que ao optarem em colocar o pagamento da água nas Juntas de Freguesia, foi uma forma de dar mais visibilidade às Juntas de Freguesia e também de rentabilizar alguns funcionários das Juntas. Disse que, quando há medidas a tomar, estas deverão ser logo tomadas, não deixar passar tempo, senão nunca mais se avança.

Interveio o Senhor Vereador Pestana para responder às questões, ali apresentadas pelos Senhores Deputados Municipais.

No que concerne ao Conselho da Juventude, informou que foram feitos ofícios às Associações e que estas estavam a responder, indicando os nomes para fazerem parte do Conselho. Mais disse que, não se tinha ainda realizado nenhuma reunião.

Relativamente aos subsídios, informou que foi opção atribuir os mesmos que foram atribuídos no ano anterior, mediante a apresentação por parte das Associações dos seus planos de actividade. Referiu que, no próximo ano, estará criado um regulamento que, entre outros, definirá os valores dos subsídios a atribuir a cada Associação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Vereador Pestana e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Respondendo à questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal João Roberto, o Senhor Presidente da Câmara disse que quando existiam condicionantes em termos de revisão de planos de ordenamento, a vida pública não era tão fácil quanto a vida privada. Informou que, foi solicitado à Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, que apresentasse um nicho para a criação de empresas, a ser implantado no Parque Industrial. Disse tratar-se de um projecto de um edifício que irá conter alguns casões e zonas de escritório, com a hipótese de ser ampliado, consoante fosse a procura. Seria feito um protocolo com a Escola Profissional para que a incubadora de empresas da referida Escola pudesse ali ser colocada, à semelhança do que já foi feito em Cuba. Contudo, existia o risco de haver os projectos e não se poder implementar, dado que a empresa responsável pela revisão do Plano Director Municipal, desde 2003 que tem aquele trabalho entre mãos, e, no final de 2005, entregou



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apenas a 1ª. fase do trabalho, que depois de analisado chegou-se à conclusão de que não correspondia ao desejado, pelo que se remeteu para a Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Alentejo. A informação que foi remetida pela Comissão foi que, tudo quanto lá estava, era palha. Informou que houve uma reunião na Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional do Alentejo com a empresa. Mais disse o Senhor Presidente da Câmara, que a empresa apresentou uma factura de dezasseis mil contos, referente à revisão do Plano Director Municipal, mas que era óbvio que não a pagariam.

Quanto ao Plano de Urbanização, o Senhor Presidente da Câmara informou que esteve em discussão pública, e que houve “descontentes” que apresentaram as suas reclamações, que foram tidas em consideração e em consonância com a equipa que estava a trabalhar no Plano. Disse haver reclamações pertinentes, mas se fosse decidido contemplá-las, provavelmente aquele Plano de Urbanização, nem nos próximos quatro anos estaria aprovado. Referiu que, por esquecimento de quem projectou a estrada alcatroada na Zona Industrial, o plano de pormenor não foi feito, o que impede registar os lotes da Zona Industrial e, por conseguinte, não poderão ser comercializados. Assim sendo, o plano estratégico para o desenvolvimento do concelho de Vidigueira, começará a esbater-se nestas condicionantes, afirmou o Senhor Presidente da Câmara.

Referindo-se ao Fundo de Apoio às Microempresas (FAME), explicou que era um programa em que a Câmara Municipal constitui parte de um fundo e que, a partir dali, eram apresentados projectos por empresários, até um determinado montante, que depois de aprovados, as pessoas eram contempladas com essa ajuda de valores reembolsáveis. A parte que era disponibilizada pela Câmara Municipal era suportada a custo zero, em termos de taxa de juro, mas termos de banco o empresário terá que pagar a sua taxa de juro. Disse tratar-se de um programa que não tem suporte legal para existir, conclusão a que se chegou depois de alguns empresários terem sido contemplados. Informou que os lançamentos contabilísticos que são necessários fazer, tornam-se complicados, situação que estava a tentar ser resolvida pelo Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, para ver qual a forma legal de fazer o lançamento. Informou que, as contas de 2005 estão a ser fechadas e que, durante a próxima Assembleia Municipal, serão mostradas. Prosseguindo na explicação do programa do Fundo de Apoio às Microempresas, o Senhor Presidente da



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara disse que, para além de não ser nada cobrado aos empresários que beneficiaram daquela ajuda, a Câmara viu-se confrontada com base num dos pontos do protocolo, com uma factura para pagar no valor de três mil euros em comissões. Disse não perceber porque é que a Câmara terá de suportar comissões da parte que o banco colocou no fundo, já que o mesmo está a receber juros do empréstimo que fez. Informou que estava agendada uma reunião com a Associação de Desenvolvimento Regional do Alentejo e, se esta disser que haverá que pagar comissões, mesmo que não sejam feitas candidaturas, estará na hora de rescindir aquele protocolo.

Apontando outro dos pontos do plano estratégico, disse que este passaria pela possível criação de uma empresa direccionada para o turismo, mas que, também ali existiam condicionantes nos planos de ordenamento. Informou que, estava em revisão o Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão do Alentejo, que era um Plano que tinha previsto uma área de dezasseis hectares com vocação turística, com um parque de campismo na zona de Pedrógão do Alentejo e duas zonas recreativas com um estabelecimento de restauração que seria amovível. Considerou muito pouco para que seja o turismo um dos pilares de desenvolvimento do concelho de Vidigueira. Informou que, no passado dia vinte e um houve uma reunião da Comissão Mista e que a proposta apresentada não mereceu a total concordância. Referindo outra das situações, que foi debatida por todos os autarcas que fazem parte da Comissão Mista, prendia-se com a possibilidade da instalação de campos de golfe. Foi dito pelo Senhor Dr. Orlando Borges que era completamente impossível que fossem colocados naquela facha de quinhentos metros. Contudo, devido a pressões de particulares, presentemente está previsto para aquelas áreas, nove campos de golfe. Tendo em conta que o custo médio de um campo de golfe é de um milhão de contos, estava na altura de agradecer a sugestão apresentada pelo Senhor Deputado João Roberto, para se procurar pessoas que tenham pelo menos um milhão de contos, para fazerem um campo de golfe na nossa zona de intervenção. Disse não estar totalmente satisfeito, porque o que se pediu em termos de área de vocação turística para Marmelar não foi contemplado. Informou que se está a desenvolver toda a argumentação, para que Marmelar seja contemplada, porque é uma aldeia ribeirinha, logo está sujeita a um plano de desenvolvimento. Falando na posição estratégica de Marmelar em relação ao



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Aeroporto de Beja, o Senhor Presidente da Câmara, posicionou em segundo lugar o concelho de Vidigueira com mais potencialidades, para retirar proveito da construção do aeroporto.

Respondendo à questão do Senhor Deputado Luís Amado, o Senhor Presidente da Câmara informou que, a CaboVisão contactou a Câmara, dado que pretendiam alargar a sua rede até Vila de Frades. Disse que foram colocadas algumas exigências à empresa, em termos de trabalhos nas ruas.

Quanto ao Beja Digital disse que era um projecto que tem como finalidade informatizar os serviços públicos (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia) dando a hipótese aos municípios que, na sua casa, através da Internet, façam os pedidos que fazem aos balcões da Câmara Municipal. Disse ser um projecto que visa criar uma janela de forma a que sejam lá colocados conteúdos de várias empresas para a condução da nossa região. Disse que também neste projecto, surgiram uma série de questões, que numa primeira análise, o levou a pensar que, durante dois anos, alguém andou distraído quando foi feito o projecto e foram distribuídas verbas à Vidigueira, no montante a rondar os cinco mil euros, que são valores idênticos aos que foram atribuídos à Diocese de Beja. Estranha a ausência de parceiros do concelho de Vidigueira, no projecto. Considerou que seria importante as presenças da Adegas Cooperativa e Cooperativa Agrícola. Não estando presentes, implica que os conteúdos, das nossas empresas irão ser necessariamente feitos pela Câmara Municipal, para que, quando alguém for a essa janela para tentar saber o que é a Vidigueira, tenha alguma coisa para ver. Informou que o sustentar desta janela custará às Autarquias mil contos mês. Explicou que foi adquirido, por parte da Câmara Municipal de Vidigueira, um Sever, que é um cérebro dos vários programas que neste momento estão em funcionamento na Câmara. Referiu que houve uma reunião com treze municípios e com alguns parceiros particulares, que fazem parte do Beja Digital, e que foi dito que a Câmara Municipal de Vidigueira era a que estava mais atrasada. Informou que, foi firmado contrato com o Senhor Eng.º responsável pelo Beja Digital, que terá oito meses para fazer o que não se fez em três anos, para que, quando chegar Dezembro sermos os primeiros a ter lá os conteúdos.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal João Roberto que, salientou alguns aspectos que foram apontados pelo Senhor Presidente da Câmara. Disse que, do ponto de vista do discurso político, ficou com a sensação de que o plano de desenvolvimento estratégico para o concelho de Vidigueira tinha caído. Mostrou-se disponível para aquilo que for possível para o ajudar a erguer.

Relativamente ao programa do Fundo de Apoio a Micro-Empresas, disse saber do que se tratava, dado que teve umas discussões, que considerou interessantíssimas, na Assembleia Municipal de então, que na altura quase lhe apeteceu chamar-lhe fome, porque tinha sido apresentado tendo como base a economia do Bangladesh.

Considerou que, se na altura o Senhor Presidente da Câmara, tivesse tido a possibilidade de participar mais assiduamente nas Assembleias Municipais, teria hoje menos espanto, sobre esses assuntos.

Disse que a política de ordenamento do território era uma política fundamental da gestão de qualquer município e, por isso, pediu ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que interpelasse a Câmara, no sentido de permitir que se ouvissem Vereadores que estavam presentes e que fizeram parte do anterior executivo, porque queria perceber como é que tinha sido feita a adjudicação da revisão do Plano Director Municipal. Que passados todos estes anos se chega à conclusão que, afinal, aquilo que lá estava era palha e que apesar de tudo, era paga a peso de ouro. Disse que não estava ali a fazer caça às bruxas e não queria saber mais do que devia.

Disse que gostaria de saber desta Câmara em relação à Escola Profissional, uma vez que a Câmara anterior também não teve, do seu ponto de vista, uma posição muito clara. Considerou que, nessa altura, houve uma transferência de peso em termos decisoriais para Cuba em detrimento de Vidigueira, daí que desejava saber o que a presente Câmara fará no sentido de reequilibrar as posições.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Roberto e deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Graça.

Começou por dizer que queria subscrever a solicitação do Senhor Deputado João Roberto, relativamente à revisão do Plano Director Municipal, que gostaria de ouvir a palavra se fosse possível e a explicação do Senhor Vereador. Quis saber qual o ponto de situação das novas Etars e a questão da requalificação de Pedrógão do Alentejo e Marmelar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, se o Senhor Presidente da Câmara autorizasse, da sua parte não haveria inconveniente, e se o Senhor Vereador da oposição quisesse responder às questões, poderia fazê-lo.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal José António que disse haver a possibilidade de criação de outro posto de trabalho, na medida em que o leitor cobrador estava doente e ficaria a trabalhar dentro do edifício. Considerou brusca de mais a passagem para o novo processo de pagamento da água.

Em relação aos subsídios disse que, o Senhor Vereador Pestana deu-lhe a entender que este ano só serão contempladas as instituições que apresentarem o plano de actividades e que para o ano iria ser alterada a forma de dar subsídios, o que irá de encontro a uma das vontades do anterior Senhor Presidente da Câmara, que sempre defendeu que as instituições deveriam ter outros apoios e outras iniciativas próprias para angariarem dinheiro para a sua sobrevivência.

Em relação ao Fundo de Apoio a Microempresas, disse que tinha sido votada uma comissão, na primeira Assembleia Municipal do mandato anterior, que foi empossada dos devidos poderes.

Interveio o Senhor Deputado António Graça e perguntou à Câmara Municipal qual era o dia em que passava o cobrador da electricidade, dos telefones e da CaboVisão?



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que, antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Roberto, queria falar na criação das comissões, pois que já ouviu várias vezes, serem feitos comentários a esta matéria e pensa que não valerá a pena estar a chover no molhado. Disse que, se houver necessidade de criar este tipo de comissões, que sejam as mesmas, apresentadas na Assembleia Municipal de forma que funcionem. Em relação à água disse que teve as mesmas preocupações que o Senhor Deputado José António; que teve oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Câmara e com o Senhor Vereador Teles, e que colocou essa preocupação com os mais idosos, e foi-lhe garantido que uns dias antes de terminar o prazo da cobrança da água, seria avaliado caso a caso, e as pessoas que não tiveram condições para se deslocarem a estes sítios, seria garantido que alguém iria cobrar a água.

Em relação à questão da adjudicação dos subsídios, deixou à consideração da Câmara Municipal que, pensasse no futuro e que fossem discutidos em Assembleia Municipal, algumas regras do jogo em relação a este critério.

No que respeita à Escola Profissional Fialho de Almeida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse ser uma das referências para a Vidigueira, além do pão, do vinho, do azeite e do turismo. Pediu desculpa por expressar a sua opinião, mas que acompanhou de perto o funcionamento daquela Escola. Informou que estava para breve uma visita àquela Escola, com o apoio da Câmara Municipal de Vidigueira e da Escola Profissional Fialho de Almeida, na qual, iriam participar os Senhores Deputados Municipais, o executivo da Câmara, os membros das Juntas e Assembleias de Freguesia, para terem a oportunidade de estarem perante as pessoas responsáveis pela Escola.

Interveio o Senhor Deputado Municipal João Roberto que disse achar por bem, que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal manifestasse a sua opinião e apresentou-lhe a sugestão, para que solicite junto da Escola Profissional um conjunto de informações, já que, no passado, não aconteceu e que as transmita aos Senhores Deputados Municipais, antes que se realize qualquer reunião, para que possa colocar algumas questões com alguma pertinência.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Quis, através do Senhor Presidente da Assembleia, solicitar que transmita ao Senhor Presidente da Câmara que, não valerá a pena ir à procura nas actas das anteriores Assembleias Municipais qualquer relatório da Comissão de Economia, porque ela de facto não chegou a reunir. O que iria encontrar seria a proposta de um deputado, que era sua, solicitando à Assembleia Municipal, uma vez que a mesma não reunia, que tomasse a dianteira desses poderes provisórios para poder continuar com aquele projecto e, o que encontrará, será os votos contra de muita gente

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio dizendo que os convites para visitar a Escola Profissional serão feitos por escrito, e informou que irá solicitar alguma informação àquela entidade.

Interveio o Senhor Deputado Pedro Ferreira que disse congratular-se, com o facto de perceber que tem havido uma evolução no sentido daquilo que considera ser a função de um Deputado Municipal, dado que via na Assembleia Municipal uma discussão muito mais acesa, relativamente à estratégica de desenvolvimento do concelho de Vidigueira, sendo aquela a principal razão porque ali estavam. No que concerne aos subsídios, disse ser uma matéria que lhe causava alguma confusão. Considera que se deverá reflectir sobre a contribuição de cada colectividade para o desenvolvimento económico e social do concelho e que a Assembleia Municipal deverá dar um contributo na elaboração dos estatutos de atribuição desses subsídios. Disse que gostaria, se fosse possível, ter um acesso mais alargado através de uma discussão, do plano estratégico de desenvolvimento do concelho, dado que considera insuficiente o conhecimento do mesmo, havendo pontos que importava esclarecer.

Relativamente ao nicho de empresas, considera que o concelho de Vidigueira não tem a dimensão necessária para criar o mesmo. Que deverá criar com o concelhos limítrofes um plano efectivo para aproveitar o desenvolvimento e as potencialidades da região, estabelecendo uma parceria com a Escola Agrícola de Beja, para que o vinho alentejano de qualidade no mercado passasse dos 43%. A parceria daria um contributo positivo às empresas que, não têm meios financeiros para fazerem a investigação necessária para o seu



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desenvolvimento. Disse que o seu grupo político, estava aberto à participação, num debate mais alargado, com propostas concretas, para dar a volta e fazer deste, um concelho desenvolvido.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Municipal Pedro Ferreira e deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal José António, que pediu ao Senhor Presidente da Câmara que quando fizesse a intervenção, referente aos dias em que passavam os cobradores da luz, telefone e da TV Cabo, dissesse qual era a diferença que havia entre as empresas privadas e a Câmara Municipal, que não será só na forma de gerir o dinheiro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que por sua vez se dirigiu ao Senhor Vereador Covas dando-lhe autorização, para poder responder, se assim o entendesse, às questões que tinham sido ali colocadas.

O Senhor Vereador Covas disse que era com imenso prazer, que iria responder às questões dentro das suas capacidades e dos seus conhecimentos. No que diz respeito ao Plano de Ordenamento, disse que alguns destes levam muitos anos a fazer, e exemplificou a revisão do Plano Director Municipal de Beja. Referiu que o Plano de Urbanização de Vidigueira levava já seis anos e que não estava concluído, devido à Comissão de Coordenação Desenvolvimento da Região Alentejo. Apontou a questão do alargamento do perímetro urbano de Vidigueira, que foi impedido pela Comissão de Coordenação, que argumentou que o tecido urbano não estava consolidado internamente.

No que diz respeito ao processo de adjudicação do Plano Director Municipal disse que foi um processo normal, que houve um júri que avaliou o processo e o serviço foi adjudicado àquela empresa, que foi apresentando justificações para solicitar prorrogação de prazo, para poder terminar o trabalho. Informou que a empresa esperou um ano ou mais pela cartografia digital, que era da responsabilidade da Associação de Municípios. Disse concordar que se faça pressão junto da empresa, para que a revisão do Plano Director Municipal de Vidigueira não leve o mesmo tempo do de Beja e sugeriu que essa pressão



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fosse feita juntamente com a Câmara e a Assembleia Municipal. Relativamente ao Parque Industrial, o Senhor Vereador Covas disse não haver ilusões na vinda de grandes indústrias, porque se Beja não as tinha e é Cidade, já o mesmo não acontecia com Évora...

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu o Senhor Vereador Covas, dizendo-lhe que poderia continuar a intervir na matéria, referindo-se às questões que ali foram colocadas, mas que não fizesse referências a Beja e Évora.

O Senhor Vereador Covas disse que estava apenas a comparar e que mais uma vez tinha sido interrompido, quando não estava a falar mal de ninguém. Lamentou o facto de, uma vez mais, não ter tido liberdade para falar. Disse que continuará a estar presente na Assembleia Municipal, para esclarecer os Senhores Deputados Municipais e os Múncipes do concelho de Vidigueira.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o Senhor Vereador Covas estava a fazer confusão com muitas coisas e que não valeria a pena estar ali a dar-lhe exemplos. Que ao serem colocadas as questões pelos Senhores Deputados Municipais, lhe dissera que poderia defender a sua honra.

O Senhor Vereador Covas interpôs, afirmando que não estava a defender a honra, porque ninguém o acusou de nada, estava apenas a esclarecer um Deputado Municipal.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por responder ao Senhor Deputado Municipal João Roberto, dizendo que o plano estratégico balança, mas não cai com a cooperação entre todos, não olhando a partidos, mas sim aos interesses do concelho. Quanto à questão do FAME (Fundo de Apoio Micro-Empresas) o Senhor Presidente disse ser uma questão que é presente e que será futuro, porque há preocupações com os pagamentos de comissões que não fazem sentido, senão alimentar algumas Associações que foram criadas para viverem à conta das Câmaras.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente à Escola Profissional, informou que, o futuro da mesma se apresentava risonho, tanto que o projecto que foi apresentado foi de aumentar o número de alunos na Vidigueira, para que aumentasse o número de cursos que, poderão ser administrados assim que se tenha a capacidade de arranjar espaço, que em Agosto estará criado. No que diz respeito à passagem da Escola de Vidigueira para Cuba, o Senhor Presidente da Câmara disse não se importar, considerando que, o mais importante, são as competências das pessoas que a dirigem e que as mesmas, tragam uma mais valia para os alunos, contribuindo para o sucesso da Escola.

Continuando na sua intervenção falou do Plano Estratégico de Qualificação Urbana e Ambiental, questão levantada pelo Senhor Deputado António Graça e disse que era um projecto, que tem como base o plano estratégico, para as aldeias ribeirinhas de Pedrógão do Alentejo e Marmelar. Referiu as áreas de intervenção do projecto que, entre outras será a construção de Etars (Estação de Tratamento de Águas Residuais) para que não haja focos de poluição, que travem o aproveitamento turístico naqueles planos de água e que só se conseguirá através da qualidade da água. Informou que o plano já existia há algum tempo e que os projectos apresentados pela Câmara Municipal a qualquer daquelas áreas foi apenas o da sinalética. Referiu a reunião havida com o Senhor Dr. Bento Rosado, Presidente do Conselho de Administração da Gestalqueva (empresa que desenvolve o projecto do Plano Estratégico de Qualificação Urbana e Ambiental), que se mostrou bastante surpreendido no que dizia respeito à não apresentação de projectos naquelas áreas, por parte da Câmara Municipal de Vidigueira, visto que estava disponível muito dinheiro para que se pudessem fazer alguns investimentos, levando à melhoraria da qualidade de vida das populações, daquelas aldeias ribeirinhas. Apontou as verbas, que estavam disponíveis para Marmelar e para Pedrógão, que são, respectivamente, de um milhão de euros e um milhão e setecentos mil euros, mas que não havia projectos para que se pudesse aproveitar todas aquelas verbas. O plano de sinalética, ao qual a Câmara Municipal aderiu, terá uma intervenção de dezanove mil euros para Pedrógão e de treze mil Euros para Marmelar. Contudo, a título de curiosidade, o Senhor Presidente da Câmara referiu três planos de sinalética para o concelho de Vidigueira, um desenvolvido pela Região de Turismo, outro pela Gestalqueva,



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

através do Plano Estratégico e um outro desenvolvido por um Senhor Vereador para as eleições de Outubro.

No que diz respeito às Etars o Senhor Presidente da Câmara dirigiu-se ao Senhor Deputado Municipal Pedro Ferreira, dado que, na última Assembleia, tinha falado em ausências de ideias e de estratégicas, por parte do executivo CDU. Disse que o concelho de Vidigueira candidatou-se, através da Associação de Municípios, a um projecto intermunicipal para a construção das Etars de Vidigueira, Selmes e Pedrógão do Alentejo. Contudo, o projecto ficou guardado dentro de uma gaveta. Mais tarde, ao ser analisado, foi devolvido, porque tinha de sofrer um corte de cinquenta por cento, para ser aprovado por Bruxelas. O Senhor Presidente da Câmara achou estranho mas, a Etar de Vidigueira tinha sido eliminada, quando deveria ter sido mantida, dado que a sua vida já tinha terminado. Mantinha-se a de Pedrógão, e por conseguinte, estavam duas Etars candidatas para Pedrógão, uma em Bruxelas e outra na Gestalqueva, não havendo nenhuma para Vidigueira, o que traduz tomar decisões sem que se conheça profundamente os projectos e sem que haja estratégicas delineadas. Referiu que, com base naquela situação, foi feita uma reunião com a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva), onde foi manifestada a preocupação quanto ao canal de rega, que seria também uma das vertentes de desenvolvimento do concelho de Vidigueira. Apontou uma solicitação feita por um munícipe, em 2004, que foi arquivada, e que afirmava a importância do canal de rega de Alcaria, podendo este ser entendido até à Vidigueira. Em resposta àquela solicitação, o Senhor Presidente da EDIA, disse que iria fazer os possíveis, contudo, a altura certa para serem apresentadas tais intenções tinha sido no ano anterior.

Quanto à possibilidade de criação de mais um posto de trabalho, para a cobrança da água, o Senhor Presidente da Câmara informou que, o Orçamento de Estado previa para dois mil e seis, um aumento de zero nos custos com o pessoal, daí a impossibilidade de o admitir. Demonstrou a sua preocupação com as pessoas que não se poderão deslocar às Juntas de Freguesia, para procederem ao pagamento da água e informou que seria feita uma análise aos não pagamentos e que iria um funcionário à casa das pessoas, para serem efectuadas as cobranças.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Quanto à criação de um nicho de empresas e as sinergias entre os concelhos, exemplificou com o provável encerramento da Zona Agrária da Vidigueira, em que o Senhor Governador Civil e os elementos da Direcção Regional de Agricultura, disseram que a mudança seria para Beja e nunca para um concelho limítrofe à Vidigueira.

No que se refere à intervenção do Senhor Vereador Covas, o Senhor Presidente da Câmara disse que, sendo um dos elementos necessários para a revisão do Plano Director Municipal, não entende porque é que se lançou um concurso, não havendo a cartografia para se poder fornecer à empresa.

Quanto ao Plano de Urbanização, o Senhor Presidente da Câmara informou que, perante algumas alterações, haveria necessidade de consultar outras entidades, o que levaria mais uns anos, daí que foi tomada a opção de não haver alterações, para que o Plano seguisse normalmente, porque se sente a urgente necessidade de começar a rentabilizar aquele Parque Industrial, com os vários pedidos de investimento que para ali existem.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e deu a palavra ao Senhor Deputado João Roberto, que iniciou o seu discurso, dizendo que, em relação à Escola Profissional e logo no início da sua actividade, houve uma tentativa clara, de ambas as Câmaras, Vidigueira e Cuba, em separá-la. Daí considerar legítima a sua intervenção, quando disse ser necessário o equilíbrio do ponto de vista de decisão. Disse ter ficado satisfeito pelo Senhor Presidente da Câmara privilegiar (não esperava que fosse de outra maneira) somente os critérios de concorrência. Considera que as pessoas não poderão ser avaliadas somente por aqueles critérios, mas que sejam também pelos de natureza política.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou a Assembleia Municipal de como irá ser a postura do executivo no futuro, em relação a alguns negócios que a Câmara Municipal tem a decorrer e que só irão ser referidos quando estiverem concretizados, assim referiu a escritura de um terreno com a área de dezasseis mil e quinhentos metros quadrados, dentro do perímetro urbano da Vidigueira que custou cento e cinquenta mil Euros. Afirmou que a Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estava disponível, tal como disse na Campanha Eleitoral, para negociar a cedência de um terreno para a construção de um lar. Realçou a entreajuda que terá de existir entre todos, para que o plano estratégico balance mas que não caia, e expressou publicamente os seus agradecimentos ao Senhor Deputado José António pela sua intervenção naquele negócio, bem como à Dr^a. Sandra, que foram fundamentais para a sua concretização.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e não havendo mais intervenções, deu por concluído o período da Actividade Municipal.

PONTO 2 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SUBSCRIÇÃO DO AUMENTO DE CAPITAL DA EDAB, S.A – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO DO AEROPORTO DE BEJA.

A Assembleia Municipal de Vidigueira deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de subscrição do aumento de capital da EDAB, S.A – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, através da AMBAAL, e a comparticipação referente ao Município de Vidigueira, no valor de 5.017,08 Euros, a pagar em três tranches (1^a. €1254,27; 2^a. €2508,54; 3^a. €1254,27).

APROVAÇÃO EM MINUTA

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do ponto 5, do artº. 34 do Regimento da Assembleia Municipal, colocou à votação a minuta da deliberação tomada nesta sessão.

Não havendo objecções, a Assembleia Municipal, por unanimidade, aprovou a deliberação em minuta, para que esta pudesse produzir efeito.



MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

INTERVENÇÃO AO PÚBLICO

Encerrada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao público.

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou esta acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Secretários.

E eu Rita da Glória Folharascas do Alpendre Marques, Assistente Administrativa Especialista, para o efeito designada, a redigi e subscrevo.